



Resenha

29/10/2011 - A Revolução Argelina.....p.01

O livro *A Revolução Argelina* de Mustafa Yazbek relata a luta que a Argélia travou para conquistar sua independência da França. Sendo assim, o autor analisa questões como a expansão do capitalismo e as disputas entre as potências europeias visando um maior esclarecimento sobre a história da ocupação da Argélia pela França e, conseqüentemente, entender as forças por trás da luta pela liberdade política. YAZBEK, Mustafa. *A Revolução Argelina*. São Paulo: Unesp, 2010.

Texto Informativo

29/10/2011 - A intervenção militar e seus desdobramentos na Líbia.....p.09

Após a série de manifestações populares no Oriente Médio e no Magreb, a Líbia foi mais um país "atingido" pela chamada "Primavera Árabe". Todo o jogo de poder entre as partes envolvidas fizeram com que a OTAN interviesse, trazendo à baila sérias discussões, cujo resultado final dessa incessante campanha foi a morte do ex-ditador Muammar Kadafi.

A Revolução Argelina

Resenha
Márcia de Paiva Fernandes
29 de Outubro de 2011

O livro *A Revolução Argelina* de Mustafa Yazbek relata a luta que a Argélia travou para conquistar sua independência da França. Sendo assim, o autor analisa questões como a expansão do capitalismo e as disputas entre as potências europeias visando um maior esclarecimento sobre a história da ocupação da Argélia pela França e, conseqüentemente, entender as forças por trás da luta pela liberdade política. YAZBEK, Mustafa. *A Revolução Argelina*. São Paulo: Unesp, 2010

Um dos primeiros elementos que Mustafa Yazbek considera no início de seu livro é a consolidação do capitalismo como sistema econômico. Assim, segundo o autor, as maiores nações europeias da época, Inglaterra e França, passaram a apresentar um grau maior de competição em virtude do desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas alcançado por elas. Por causa do sistema capitalista adotado, os países passaram a apresentar uma grande necessidade de fornecedores de matéria-prima a baixos preços, mercado consumidor para seus excedentes de produção e áreas de investimentos de capitais. O país que conseguisse obter todas essas necessidades teria maiores vantagens sobre os outros.

Tais necessidades direcionaram o olhar das potências europeias para regiões da África e da Ásia e impulsionaram o colonialismo durante o século XIX que dominou e explorou várias regiões do globo. Neste contexto, Yazbek aborda a ocupação da França na Argélia considerando principalmente os interesses políticos e econômicos do estado colonizador, a situação do povo argelino com a colonização, os principais movimentos de resistência e o desenrolar das lutas internas.

A colonização francesa na Argélia

O autor apresenta uma breve descrição sobre os aspectos geográficos e sociais da Argélia antes da colonização, bem como o

que a Argélia representava para a França. Segundo ele,

A Argélia representava para o Estado francês, até meados do século XX, uma enorme extensão de terra ocupada por algumas tribos primitivas, árabes e berberes, a maioria delas muçulmanas (YAZBEK, 2010).

É importante ressaltar que o autor não dá ênfase à história argelina anterior à ocupação, apenas citando que desde o século XVI, a Argélia era dominada pelo império Turco-Otomano, mas este império vinha enfraquecendo em virtude da concorrência europeia. Sem aprofundar nos detalhes dessa ocupação, o autor avança nas datas e já aborda o problema inicial que seria usado como justificativa para a ocupação francesa: o pretexto de um desentendimento entre um representante consular francês e uma autoridade argelina. Com este episódio, a França bloqueou a costa mediterrânea argelina em 1827. Em 1830 ocupou efetivamente o território argelino, mas conseguiu anexar oficialmente este território ao seu apenas em 1865. Yazbek não explicita as causas deste suposto desentendimento e não se dedica ao questionamento se ele de fato existiu, tampouco à discussão sobre as reações dos demais países europeus à incorporação da Argélia pela França.

Assim, Yazbek passa a considerar as mudanças provocadas pela França na estrutura social e econômica de sua

primeira região ocupada no século XIX. A Argélia constituía inicialmente uma colônia de povoamento¹ onde a França reestruturou a produção agrícola para que esta pudesse atender a seus interesses. Deste modo, é importante entender como ocorreu este processo específico de colonização na Argélia.

Segundo o autor, os colonos da Argélia eram chamados de *pieds-noirs* – pés negros em francês – e eram, basicamente, franceses que migraram para a Argélia, seus descendentes nascidos em solo argelino e imigrantes de outros países da Europa. Os colonos passaram a controlar grande parte das terras argelinas por compra ou por doações das terras tomadas dos nativos. Sendo assim, os campos onde se cultivavam cereais para a alimentação local foram modificados com o plantio de alimentos para atender ao mercado europeu. Neste processo, o autor destaca em várias passagens a expropriação de terras realizada pelos franceses, como no seguinte trecho:

A política de confisco de terras fazia com que, já no início dos anos 1950, um terço das terras cultiváveis de todo o país estivesse em mãos de colonos europeus (YAZBEK, 2010. p. 46).

Esta expropriação levou a população nativa a ocupar regiões desérticas no país ou a se concentrar nas grandes cidades argelinas, sobretudo em Argel, em condições precárias. Tal processo,

¹ Segundo Caio Prado Júnior, uma colônia de povoamento surge da necessidade de inovar a lógica de ocupação baseada na administração e segurança das tradicionais feitorias, que necessitavam de poucas pessoas. Assim sendo, devido a alguns aspectos da colônia, tais como fatores geográficos e população nativa relativamente pequena, surge a necessidade de criar um povoamento para administrar as novas feitorias que surgiriam com o tempo. Deste modo, se tem uma colônia de povoamento que Caio Prado aponta como predominante em zonas temperadas, como na América. (PRADO JR, 1967). A Argélia, neste contexto, seria uma exceção.

associado à falta de distribuição de renda e controle da economia pelos colonos, também fez com que muitos argelinos se mudassem para áreas urbanas. Isto provocou grande crescimento de guetos, favelas e a intensificação de problemas urbanos.

Contudo, Yazbek não deixa de ressaltar os “progressos” que a França promoveu em sua colônia. O autor considera que embora a colonização tenha causado muitas perdas para a população local, o desenvolvimento econômico argelino registrado no período foi grande. A diversificação da economia, o crescimento das cidades, os avanços na educação, na saúde pública, na habitação e na comunicação, por exemplo, foram benéficos ao país. Mesmo que o controle desses setores estivesse nas mãos dos colonos, o crescimento da participação da população local nesses processos foi se tornando expressivo ao longo do tempo, e esses avanços auxiliariam a Argélia quando esta conquistasse sua independência.

As mudanças, porém, nem sempre foram benéficas e não ocorreram apenas no campo econômico. Yazbek destaca que uma das primeiras medidas adotadas pela França ao anexar o território argelino foi decretar que todos que renunciassem ao estatuto civil muçulmano – bem como ao seu código religioso – receberiam a cidadania francesa. Apenas duzentos argelinos acataram ao decreto, o que evidencia a resistência local contra o domínio francês. Aliás, durante todo o período da colonização, as lutas de resistência foram sempre presentes, levando a França a adotar medidas sempre mais drásticas – de leis severas até ao uso da força – contra os movimentos de libertação nacional.

Porém, Yazbek não menciona que, após a conquista da independência, essa “herança” deixada pela França não seria suficiente para tornar a Argélia um país capaz de agir de forma independente no cenário internacional. As perdas do período colonial, os anos de dominação e

a inserção em um sistema formado de acordo com os interesses dos países colonizadores tornaram não só a Argélia, mas praticamente todas as ex-colônias, dependentes de seus colonizadores.

O início da organização pela independência da Argélia

Após apresentar as políticas adotadas pela França na Argélia, Yazbek retoma sua discussão sobre as condições da população argelina. Sendo forçada a viver em regiões desérticas ou em péssimas condições nas favelas urbanas, tendo sua mão-de-obra explorada e com nenhuma participação política, a população local não demorou em manifestar seu desejo de conduzir o próprio país. Assim, o autor considera que a França temia uma organização da população contra seu domínio na Argélia e, assim, concedeu autonomia administrativa e financeira para a colônia e criou uma Assembleia eleita, em 1898. Porém, a participação era restrita aos portadores de cidadania francesa, ou seja, aos próprios colonos praticamente. Já em 1914, o controle do país estava nas mãos dos europeus que habitavam a Argélia, possuindo representação no Parlamento francês, mas sem considerar os interesses da população nativa nos processos decisórios.

Em relação ao desenvolvimento econômico alcançado durante a colonização, Yazbek aborda posteriormente que este beneficiou alguns setores da sociedade local, no limite do possível. Comerciantes e agricultores passaram a desempenhar um papel de mais destaque na Argélia e alguns estudantes argelinos passaram a completar sua formação na metrópole. Com maior acesso ao conhecimento, esses jovens influenciariam a formação do nacionalismo argelino. Em Paris, estudantes do Maghreb fundaram a Estrela Norte Africana (ENA) em 1926, a primeira organização que possuía a independência como meta principal. Assim como praticamente todas as

organizações e todos os partidos políticos contrários ao colonialismo, a França dissolveu a ENA e condenou muitos partidos à ilegalidade.

Yazbek relata que em 1937 foi criado o Partido do Povo Argelino (PPA), cujo um dos fundadores era Messali Hadj, que teve grande participação na luta pela independência argelina, tanto na própria Argélia como na França². O PPA defendia a emancipação da Argélia por vias legais³, diferente da Federação dos Muçulmanos Eleitos (FME), formada por Ferhat Abbas, de tendência assimilacionista⁴. Por sua vez, a Associação de Ulemás⁵ Argelinos, fundada pelo xeque Mohammed Ben Badis, não defendia a separação radical da França, mas buscava evidenciar as diferenças entre a metrópole e sua colônia.⁶ Outro partido que teve um papel de destaque foi o Partido Comunista Argelino (PCA), que contou com a participação do escritor e ganhador do prêmio Nobel de literatura franco-argelino Albert Camus durante certo tempo. O PCA agia conforme as diretrizes do Partido Comunista Francês e foi posto na ilegalidade em 1939, juntamente com o PPA. Este, por sua vez, aliou-se a Associação dos Amigos do Manifesto e da Liberdade (AML), liderada por Ferhat Abbas, que havia sido um dos autores do

² Vários nomes estão associados às lutas da Argélia contra a França, como por exemplo o emir Abdel Kader que liderou um grupo de resistência na região oeste do país, conseguindo mantê-la fora do domínio francês por sete anos (YAZBEK, 2010).

³ O programa do PPA defendia “nem assimilação, nem separação, mas emancipação” (YAZBEK, 2010).

⁴ Esta corrente defendia, em termos gerais, a incorporação dos argelinos nos processos políticos da colônia para assim possuir os mesmos direitos que os colonos (ALEXANDRE, 2005), sem, contudo, reivindicar a total independência da Argélia.

⁵ Ulemás são teólogos muçulmanos.

⁶ O lema da Associação de Ulemás Argelinos era a afirmação de que o islã era sua religião; o árabe, sua língua; e a Argélia, sua pátria (YAZBEK, 2010).

Manifesto do Povo Argelino de 1943, que apresentava debates sobre a assimilação e sobre uma possível confederação com a França.

A descrição feita por Yazbek sobre os partidos, movimentos e seus líderes não seguiu uma linha cronológica precisa, o que persiste ao longo de todo o livro – e não foi feita de forma objetiva. Isto pode comprometer o bom entendimento da evolução desses partidos, seus diferentes objetivos, a relação entre seus líderes e, conseqüentemente, o entendimento do papel desses partidos na conquista da independência.

A situação após a Segunda Guerra Mundial

O autor, após a descrição dos partidos, parte para o contexto da Segunda Guerra Mundial, em que a França perdeu muito de sua preponderância, assim como as demais potências europeias, em virtude das grandes perdas sofridas e dos altos custos envolvidos durante todo o conflito. Sendo assim, muitas de suas colônias passaram a reivindicar sua liberdade, aproveitando a fragilidade em que a França se encontrava no momento.

Na Argélia, de onde muitos soldados haviam sido enviados para combater contra o Eixo, havia a crença de que o país seria libertado do domínio francês após a vitória dos Aliados. Tal crença se baseava em promessas feitas pelo comando militar da França Livre e que foram alimentadas pelo general Charles de Gaulle, que já havia promovido melhorias na participação do povo argelino nos assuntos nacionais, mas que não atenderam às expectativas da população.

Porém, após o fim do conflito, a França se recusou a conceder a independência à Argélia, o que provocou várias manifestações nas ruas das maiores cidades argelinas que foram reprimidas violentamente pelas forças francesas.

O descontentamento gerado pela falsa promessa da França e sua repressão a um protesto inicialmente pacífico, fez com que

os argelinos revidassem atacando alguns centros de colonização o que levou à morte de alguns europeus. Porém, a França sempre respondia às manifestações argelinas de forma extremamente violenta e tentava, através de decretos, promover pequenas mudanças políticas na Argélia, mas sempre mantendo submissa a população nativa. A França chegou a permitir a representação das colônias em seu Parlamento, porém, nas eleições de 1948 na Argélia, os franceses utilizaram medidas autoritárias para impedir a eleição de candidatos nacionalistas⁷. A mesma situação ocorreu nas eleições de 1951, embora os grupos nacionalistas já estivessem preparados para deflagrar a insurreição.

Assim Yazbek destaca a percepção de que os argelinos não conseguiriam alcançar a independência por vias legais. Sendo assim, foi criada na Argélia a Organização Especial (OS), que posteriormente criou o Comitê Revolucionário de Unidade e Ação (CRUA). O CRUA possuía nove líderes, que seriam os responsáveis pela organização da insurreição armada. Um desses líderes era Ahmed Ben Bella, que foi um dos maiores defensores da Argélia, sendo considerado o herói da revolução.

Sob o comando da Frente de Libertação Nacional (FLN), criada em 1947, inicia-se os confrontos da Revolução Argelina na noite de 31 de outubro para 1º de novembro de 1954. A FLN afirmou que naquela data começava a luta revolucionária pela extinção do colonialismo na Argélia e pela restauração do Estado argelino.

Da Revolução à independência

Mesmo diante de uma guerra em sua

⁷ Dos 59 candidatos apresentados pelo Movimento pelo Triunfo das Liberdades Democráticas, 32 foram detidos. Com o apoio da Força Aérea, as autoridades francesas confiscaram jornais, abriram as urnas antes do término das eleições e não distribuíram títulos eleitorais em certas regiões (YAZBEK, 2010).

colônia, o governo francês não abre mão do controle sobre a Argélia. Talvez um dos motivos disto fosse a demonstração de sua fraqueza perante as outras potências caso cedesse às pressões de uma população dominada e militarmente inferior, além dos interesses econômicos que possuía na colônia. O autor ressalta que as tentativas de negociação do governo francês com grupos nacionalistas moderados falharam não porque estes não tentaram negociar, mas sim porque já não possuíam muita influência interna. A Revolução neste momento ocorria de forma intensa e violenta e nenhum grupo moderado seria ouvido pela população, até porque esta já estava ciente de que não alcançaria o que desejava negociando por vias legais com sua colonizadora.

A guerra pela independência conquistou muitos adeptos dadas as péssimas condições de vida em que se encontrava a maioria da população argelina e a revolta geral destas pessoas pelas atitudes do governo francês em relação à Argélia. Porém, as perdas materiais eram maiores para os rebeldes devido à diferença de poder militar existente entre os envolvidos no conflito⁸.

Yazbek passa a ressaltar de forma pontual a atuação dos partidos envolvidos na luta e a resposta do governo francês. A FLN buscou levar o caso argelino à Organização das Nações Unidas, tendo o apoio de muitos países, em especial do Terceiro Mundo, em sua luta pela independência. Além disso, a FLN enviou observadores para a Conferência Afro-Asiática de Bandung⁹. Após a conferência,

⁸ Estima-se que meio milhão de pessoas morreu na Revolução Argelina, sendo que o Exército francês perdeu cerca de vinte mil homens (YAZBEK, 2010).

⁹ A Conferência Afro-Asiática de Bandung ocorreu em 18 de abril de 1955 com a participação de 29 países, africanos e asiáticos. O objetivo da conferência era estabelecer a cooperação econômica e cultural entre os participantes como alternativa à cooperação com países considerados imperialistas, como Estados Unidos da América e União das Repúblicas

a França procurou reconhecer as particularidades da Argélia, mas a FLN se mostrou relutante a aceitar outra proposta que não fosse o reconhecimento da independência argelina.

Em 1956, a FLN realizou o congresso clandestino do Vale do Soummam com os principais líderes da revolução. Dois meses depois, os franceses sequestraram um avião marroquino que conduzia Ahmed Ben Bella e outros líderes da FLN para a Tunísia. Esses líderes foram detidos pelo governo francês e só foram libertados com o fim do conflito.

A violência havia se tornado o único meio possível que os defensores da liberdade argelina poderiam utilizar em sua luta. Yazbek, porém, afirma enfaticamente que muitas das críticas feitas pela utilização de tal meio não consideram que a violência em terras argelinas começou com a ocupação francesa. Segundo ele, o colonialismo alterou a organização comunitária da sociedade argelina, baseada nas tradições islâmicas em torno das quais sua crença, seus costumes e até seu modo de produção estavam baseados. Ademais, na própria França a opinião pública já se mostrava contrária ao domínio francês na Argélia, tanto pelas perdas de soldados franceses quanto pela destruição da própria colônia.

De janeiro a setembro de 1957, os franceses atacaram incessantemente a capital argelina, Argel, e conseguiram liquidar uma das maiores redes montadas pelos rebeldes no país¹⁰. Após esses ataques, a guerra se intensificou ainda mais e em setembro de 1958 foi proclamado, no Cairo, o Governo Provisório da República Argelina cuja sede era em Túnis, Tunísia. O primeiro presidente foi Ferhat Abbas. Em resposta,

Socialistas Soviéticas, recusando o apoio de qualquer um dos blocos durante a Guerra Fria. Assim, a Conferência de Bandung lançou as bases para o que seria conhecido como Movimento dos Países Não-Alinhados.

¹⁰ O episódio ficou conhecido com “batalha de Argel”.

a França novamente utiliza da força para tentar reverter a situação de um modo extremamente cruel na visão de Yazbek¹¹. Em 1958, o general Charles de Gaulle passa a enfrentar problemas ainda maiores em sua política de controle sobre a Revolução Argelina. Além do forte posicionamento adotado pela FLN de conquistar a total independência da Argélia e recusar-se a aceitar as medidas tomadas pela França, parte do Exército francês e muitos colonos se rebelaram contra o governo em virtude das tentativas de conceder autodeterminação à Argélia. Diante de tamanha crise, Charles de Gaulle convoca um referendo em 1961 para consultar a opinião pública sobre a relação entre França e Argélia: 75% dos franceses se mostraram favoráveis à autodeterminação argelina. A partir de então, negociações de paz passaram a ser realizadas em Evian e a esperança de uma “Argélia argelina” foi alimentada pela nova postura adotada por Charles de Gaulle.

Apesar das lutas contra a autodeterminação argelina empreendidas pelos colonos, as negociações progrediam bem, até que jazidas de petróleo e gás natural foram descobertas no Saara argelino. Essas descobertas despertaram o interesse no general francês em manter sob o domínio da França essa região da Argélia.

Finalmente, em 18 de março de 1962, acordos foram assinados entre colônia e metrópole, decretando o cessar-fogo. Em 1º de julho, um plebiscito mostrou que seis milhões de argelinos eram a favor da independência de seu país. Era o fim da Revolução Argelina.

As mudanças com a independência

Segundo Yazbek, a situação em que a

Argélia se encontrava com a conquista da independência não era nada positiva: infra-estrutura comprometida com os danos da guerra, economia debilitada e desemprego em massa, por exemplo. Esse quadro mostrava a difícil posição dos futuros líderes do país, que buscaram adotar uma política não capitalista.

Aliás, a disputa pelo poder na Argélia foi intensa entre aqueles que lutaram juntos por sua independência, como geralmente ocorreu em países que vivenciaram situação semelhante. A disputa também se intensificou entre a burguesia incipiente e os líderes da Revolução. De volta do exílio, Ahmed Ben Bella se aliou a outro combatente da Revolução, Houari Boumediene. Ben Bella foi eleito o presidente da Argélia pela Assembleia Nacional Constituinte, cujo presidente era Ferhat Abbas.

Yazbek critica a gestão de Ben Bella, afirmando que foi caracterizada pela concentração de poder¹² e pela consolidação da FLN como partido único. Ele também relata que o país passou a se constituir como uma República popular, democrática e socialista e que nessa época inicia-se o processo de nacionalização das empresas.

As diretrizes de política externa adotadas inseriram a Argélia no cenário internacional como defensora da independência dos países que ainda viviam sob o colonialismo. Contudo, o país optou por não se alinhar a nenhuma potência. Ben Bella, porém, manifestou o interesse de estender a revolução para toda a África, o que preocupou importantes figuras nacionais que afirmavam que antes de tudo o socialismo deveria se consolidar dentro das fronteiras argelinas.

Segundo o autor, um dos líderes da

¹¹ Entre as atitudes do governo francês destacam-se: torturas, humilhações, ataques contra civis desarmados, o lançamento ao mar de prisioneiros ainda vivos e a criação de campos de concentração (YAZBEK, 2010).

¹² Ahmed Ben Bella chegou a ocupar seis cargos na Argélia: presidente da República, secretário geral da FLN, comandante supremo das Forças Armadas e assumiu os ministérios do Planejamento, Interior e Finanças (YAZBEK, 2010).

revolução se mostrava preocupado com tal posição e também com a forte personificação do governo de Ben Bella. Este líder era Houari Boumedienne, que toma o poder na Argélia em julho de 1965. Yazbek afirma que durante sua gestão aumentou significativamente a participação popular nos processos de decisão nacionais, foi criado o Banco Nacional e o incentivo à industrialização contribuiu para o crescimento do Produto Interno Bruto nacional, bem como para melhoras nas condições de vida da população.

O sucessor de Boumedienne, Chadli Benjedid, reforçou muitas das medidas adotadas na gestão anterior, porém ele abriu espaço para a iniciativa privada. Em 1985 a queda nos preços do petróleo diminuiu a entrada de capital no país e levou à redução dos gastos públicos. Tal situação levou a uma crise no país e à revolta da população, que, segundo o autor, culpava os líderes da FLN por tal situação e também estava descontente com as condições políticas internas. Os argelinos passaram a reivindicar a legalização de outros partidos, o que foi conquistado, além do fim da candidatura única à presidência e maior liberdade à imprensa.

Nesse contexto surge a Frente Islâmica de Salvação (FIS), de orientação fundamentalista e que se mostrava contrária às medidas do governo para contornar a crise econômica. A FIS conquistava a simpatia da população em detrimento da FLN. Nas eleições municipais e provinciais de 1990, a FIS conseguiu 52,42% dos votos, contra 28% da FLN, segundo dados apresentados por Yazbek. Porém, a FIS protestou contra o modo como foram organizadas as eleições e, após o governo anunciar que as eleições legislativas ocorreriam apenas em junho de 1991, a FIS protestou através de greves. Seguiu-se a isso o estado de sítio e uma guerra civil se mostrava iminente.

Quando as eleições de 1991 ocorreram, a FIS conquistou 188 cadeiras. Os demais partidos conseguiram apenas 43.

Temendo que a FIS conquistasse o poder na Argélia, o Exército leva o presidente Benjedid a renunciar em 1992 e o substitui por um antigo herói da Revolução Argelina, Mohammed Boudiaf. Diante de um golpe de Estado que lhe impediu de ascender ao poder, a FIS convocou os argelinos para que não obedecessem ao novo governo.

Iniciou-se, assim, a guerra civil que perdurou até abril de 1999 com a eleição de Abdelaziz Bouteflika, da FLN. Durante o período de guerra, cerca de cem mil pessoas morreram, inclusive o antigo presidente Boudiaf. Bouteflika se mostrou disposto a negociar com os líderes da FIS, promoveu a liberalização da economia e aprimorou o relacionamento da Argélia com os demais países. Bouteflika foi reeleito em 2004 e 2009, porém sempre sob acusações de fraudar as eleições. Essas acusações vêm, principalmente, dos grupos fundamentalistas islâmicos que ainda existem no país e são contrários aos rumos que a Argélia acabou tomando. A modernização do país, sua aproximação com o Ocidente e a instauração de um Estado laico, entre outras coisas, fez com que grupos fundamentalistas utilizassem da violência para implementar a lei islâmica e conquistar o controle do país.

Yazbek, porém, não apresenta como é a relação da Argélia com a França e com os demais países, sejam eles africanos ou não, após a conquista de sua independência e até a atualidade. A apresentação de tais dados poderia demonstrar a relação de dependência que as ex-colônias mantêm com os países desenvolvidos, justamente porque estes ainda influenciam suas condições econômicas, políticas e sociais. Ademais, o autor não aprofunda sua discussão sobre a guerra civil que ocorreu na década de 1990. Caso o fizesse, Yazbek poderia ressaltar as grandes divergências existentes entre os tradicionais partidos – o que ocorre desde sua formação – e a aplicação pelos líderes da revolução de medidas que restringiam a liberdade política tão defendida por eles durante a luta pela independência.

Sendo assim, a conclusão com a qual Yazbek encerra seu livro é que, diante de tal quadro político, é possível afirmar que a Argélia possui um grande desafio na construção de sólidas instituições políticas. O país deve articular meios que permitam a superação de grandes diferenças religiosas, étnicas, culturais e até mesmo ideológicas, que desde a guerra da independência estão presentes no país e que têm sido a causa de discordâncias e conflitos entre a população.

Referência

ALEXANDRE, Manuel Valentim. **A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada**. Lisboa, 2005. Disponível em: <http://www.ipri.pt/eventos/pdf/FLAD_05_VAlexandre.pdf>. Acesso em: 25 out. 2011.

NOBRE, Daniela Kojio; GEMELLI, Priscila. União Africana: Pirataria na Somália. In: **SIEM Integração Humana**. Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://siem.ufsc.br/files/2011/03/CAP_A-GUIA_merged_final.pdf#page=156>. Acesso em: 12 out. 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

YAZBEK, Mustafa. **A Revolução Argelina**. São Paulo: Unesp, 2010.

Palavras-Chave: Argélia, colonialismo, França, Revolução Argelina, FLN, FIS

A intervenção militar e seus desdobramentos na Líbia

Texto Informativo
Oriente Médio e Magreb
Pedro Casas
Henrique Furtado*
29 de Outubro de 2011

Após a série de manifestações populares no Oriente Médio e no Magreb, a Líbia foi mais um país “atingido” pela chamada “Primavera Árabe”. Todo o jogo de poder entre as partes envolvidas fizeram com que a OTAN interviesse, trazendo à baila sérias discussões, cujo resultado final dessa incessante campanha foi a morte do ex-ditador Muammar Kadafi.

Em meados de fevereiro, a Líbia passava por uma das maiores crises de sua história. Uma forte insurreição popular tomou conta do país, onde milhares de pessoas foram mortas e mais de 300.000 ficaram desabrigadas. O problema se originou quando rebeldes inspirados pelas quedas de Egito e Tunísia foram protestar contra o governo autoritário de Muammar Kadafi, que se encontrava há 42 anos no poder. Após o avanço dos rebeldes, e com ajuda de forças militares desertoras, várias cidades foram tomadas, como Benghazi, segunda maior cidade da Líbia. Com a aprovação da resolução 1.973¹ do Conselho de Segurança, a participação da OTAN foi decisiva para os rumos tomados, e após quase oito meses de conflitos, a intervenção foi cessada. O objetivo inicial que era de garantir a segurança dos civis se alterou, tornando-se, então, em uma custosa busca por Kadafi, cujo produto final foi sua morte. Agora está nas mãos do Conselho Nacional de Transição

comandar a reestruturação de um país devastado por uma grande guerra que envolveu potências, ONU, OTAN e sociedade civil.

A Líbia

A Líbia, país localizado no norte da África, na região do Magreb, se tornou alvo das manifestações populares que emergiram nos países árabes no início deste ano, parte da chamada “primavera árabe”.

O país, que possui ao seu norte o Mar Mediterrâneo e se encontra entre o Egito e a Tunísia, possui uma posição geográfica considerada estratégica. Está relativamente perto da Europa – do outro lado do Mar Mediterrâneo, e por onde migrações ilegais acontecem.

A Líbia possui o maior IDH do continente africano, com o índice de 0,847, e sua população é de aproximadamente 6,6 milhões de pessoas.²

Outra característica importante da Líbia é referente ao petróleo. O país é um grande exportador. Os ganhos advindos do comércio desse bem chegam a 95% das

¹ Resolução 1973 do CSNU, acesse:

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/268/39/PDF/N1126839.pdf?OpenElement>

* Mestrando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

² The World Factbook:

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ly.html>

exportações totais.³ O país é o 18º maior produtor de petróleo do mundo, e 4º maior do continente africano.

Muammar Kadafi e o seu governo

Kadafi nasceu em 1942, e já na sua adolescência, tinha admiração pelo líder egípcio Gamal Abdel Nasser, participando dos protestos anti-Israel durante o Conflito do Suez, em 1956. Conduzido por sua visão nacionalista árabe e pelo discurso de integração regional, Kadafi ascendeu ao poder em 1969, quando o então governo líbio apresentava problemas de aprovação popular. Famoso pelo seu visual (bastante) excêntrico, o governante implantou medidas autoritárias, monopolizando o processo de tomada de decisão, reprimindo violentamente, inclusive, a oposição. Kadafi foi também acusado de participação em ações terroristas no Oriente Médio, o que estremeceu ainda mais as relações com os Estados Unidos da América, e levou, em 1986, com que a potência bombardeasse as instalações militares e residências do país. A relação da Líbia com países do ocidente voltou ao normal apenas quando as relações com o Irã foram cortadas. A partir de então, Reino Unido e Estados Unidos, deixaram de considerar a Líbia como um país terrorista, retomando relações diplomáticas.

Em 2010 um acordo foi feito junto à União Europeia com o intuito de combater a migração ilegal, tendo em vista que a Líbia é uma das principais rotas que ligam o oriente médio à Itália.⁴

O Conselho de Segurança, Coalizão e a

³

www.oglobo.globo.com/mundo/mat/2011/09/16/petroleo-principal-campo-de-batalha-na-libia-925382432.asp

⁴ Para mais informações sobre a questão das imigrações ilegais, acessem: [A reação europeia em relação às revoltas no mundo árabe.](#)

Liga Árabe

Com a aprovação da Resolução 1973, no dia 17 de março de 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) autorizou o uso da força na Líbia com base no Capítulo VII⁵ da Carta da ONU.

No encontro do CSNU, a resolução foi aprovada, tendo obtido 10 votos a favor e 5 abstenções, sendo elas, Alemanha, Brasil, China, Índia e Rússia. Na concepção alemã, a ação militar tomou proporções maiores do que o previsto, confirmando uma das preocupações do país, e por isso, a abstenção. O Brasil, por meio do MRE, anunciou sua preocupação com a situação da Líbia e condenou o uso da violência pelas autoridades líbias contra os manifestantes, mas se absteve de votar por uma ação mais assertiva.

Já o primeiro ministro russo, Vladimir Putin, criticou com veemência a resolução, afirmando que o documento estava mal redigido e com margem para várias interpretações. Em um discurso muito polêmico, Putin falou que essa ação militar assemelha-se a uma convocação medieval para uma cruzada. Como consequência pela polêmica utilização da expressão “cruzada” por Putin, Dmitri Medvedev, forte aliado, retratou-se, afirmando que o termo usado é inaceitável, principalmente devido à situação extremamente delicada.

A Resolução aprovada impôs uma área de exclusão aérea, o que significa que, em uma determinada área, aviões de qualquer natureza – tanto civis quanto militares – ficariam impedidos de circular, com o intuito de proteger civis e populações que estivessem sob ameaça de ataque das forças de Kadafi. Uma das preocupações de alguns países seria de que a ação da OTAN iria fornecer

⁵ O capítulo VII da carta das Nações Unidas abre a possibilidade do uso da força na aplicação de medidas para a resolução de conflitos que se tornaram de fato uma ameaça à paz e segurança internacional. (BIGATÃO, Juliana, 2009)

armamentos para a população que estava contra o presidente Kadafi. Devido à forma brutal e violenta com que as forças de Kadafi foram empregadas contra os manifestantes, a organização internacional, que tem sede no Cairo, capital egípcia, suspendeu a participação da Líbia na entidade como forma de protesto.

A Liga Árabe foi favorável à zona de exclusão aérea, como chegou a deixar claro o secretário-geral da organização, Amr Musa. Porém, Musa realizou críticas aos ataques aéreos, alegando que esse foge dos objetivos primários que foram definidos, “que eram basicamente a proteção dos civis, e não um bombardeio a eles”⁶. Com a área de exclusão aérea, os grupos rebeldes foram inicialmente conquistando posições, apesar do cessar-fogo instaurado pelo governo líbio que foi mais tarde acusado de cortar água e eletricidade da “capital” rebelde de Misrata⁷. Frente à ofensiva rebelde as tropas pró Kadafi contra-atacaram e, estão mais armadas e sendo mais bem preparadas fizeram com que aqueles demandassem auxílio da OTAN.

Com o desenrolar da campanha militar após a entrada da OTAN, é reconhecido ainda em julho, o Conselho Nacional de Transição (CNT), formado por representantes dos diferentes grupos étnicos do país, como governante legítimo da Líbia. Após a exaustiva, porém rápida, série de hostilidades, as forças rebeldes tomam a capital Trípoli e, por fim, sitiam o quartel general das forças pró Kadafi. Em outubro, no dia 21, a CNT anuncia a morte do General Kadafi e de seu filho, supostamente confirmadas por fotos e vídeos que apareceram na *internet*. No dia 28 o Conselho de Segurança das Nações Unidas declararam o fim da intervenção

na Líbia. A decisão põe fim à zona de exclusão aérea e à intervenção militar liderada pela OTAN.⁸

Considerações finais

O que muito se especulou foi se o futuro líbio seria o mesmo de Egito e Tunísia, onde o final foi a destituição do presidente em um tempo relativamente curto. Com todas as manifestações e com todo o jogo de poder envolvendo a ONU, a OTAN, as forças de Kadafi, as forças da coalizão e os rebeldes, não foi exatamente isso que aconteceu. Foi um processo demorado que envolveu atores que, no Egito e Tunísia, não estiveram envolvidos. Ou, se houve envolvimento, foi em menor escala. Toda essa intervenção militar abre discussão sobre legitimidade da ação: uma discussão pautada na verdadeira forma de distribuição política do mundo em diferentes unidades autônomas e particulares. Ora, o que as Nações Unidas proclamam em alto e bom som quando votam a favor de uma intervenção militar é que um problema que, segundo a visão tradicional do princípio da soberania, deveria ser tratado como tão-somente interno, passa a exceder suas fronteiras éticas, tornando-se um problema de todo o mundo. É importante notar que a indiferença a fenômenos ocorridos para além do espaço territorial estatal parece estar se tornando a exceção na ação política internacional. Mas isto em si mesmo é problemático. O aparentemente simples gesto de conclamação à intervenção na Líbia e sua consequente efetivação revelam uma inconsistência inerente à configuração ético-política contemporânea. Enquanto resposta da época clássica ou moderna - a depender da periodização histórica aceita - ao desmembramento da cristandade (CAMPBELL, 1995; BARTELSON, 1998) o princípio da soberania estipula, como dito,

⁶ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110321_libia_consolida_rw.shtml

⁷ <http://af.reuters.com/article/topNews/idAFJOE72N04A20110324>

⁸ <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13755445>

a organização do mundo em comunidades políticas particulares, autônomas e independentes. Em contraposição ao grande “nós” medieval, a identidade passou a ser pluralizada em diferentes “outros”, situados em diferentes “estados”. De forma simplificada, a cidadania foi gradativamente tomando o lugar da humanidade, enquanto principal forma de identificação política. Como consequência, a ética, a “definição do inaceitável” (WALKER, 1993) se viu circunscrita a um universal que só se poderia atingir no particular, tal seja, nos direitos assegurados aos cidadãos por seus respectivos espaços.

Mas o exemplo Líbia sugere o que Bartelson (1998) afirma ser uma espécie de volta ao princípio de humanidade, uma retomada da ética universalista que re-estabelece a humanidade como o principal provedor de identificação identitária. Quando a ONU abre a votação pela intervenção, na verdade, quando o assunto começa a ser discutido, identificado e aceito enquanto um problema global o conceito de humanidade se vê fortalecido. Quando a força tarefa intervém na Líbia, o mundo proclama um assertivo “não” às atrocidades cometidas por Kadafi. E um problema, que num passado não muito distante seria apenas um problema dos “líbios”, “deles”, passa a ser um problema “nosso”, que exige um dever “nosso”.

Cabe agora ao CNT a difícil tarefa de orquestrar a reconstrução da Líbia. Certamente, para que seja bem sucedida e não cometa os erros do passado, o Estado líbio deve ser articulado em consonância com a sociedade, e sua diversidade étnica outrora desconsiderada por Kadafi. É preciso que se construa um espaço político comum, de instituições fortalecidas, no qual as divergências possam ser resolvidas de maneira pacífica, de maneira intra-institucional. Mas para isso, o estado não pode ser um ente em paralelo, uma organização à parte do próprio povo que o legitima.

Referência

BARTELSON, J. **A genealogy of sovereignty**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1995.

BIGATÃO, Juliana de Paula. **As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas no pós-Guerra Fria: o caso dos conflitos armados intra-estatais**. 2009. Dissertação (Programa de Pós Graduação San Tiago Dantas). UNESP/UNICAMP/PUC-SP.

CAMPBELL, D. **Writing security** : United States foreign policy and the politics of identity. Rev. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

WALKER, R. B. J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge England; New York: Cambridge University Press, 1993.

AL-JAZEERA

<http://english.aljazeera.net/news/africa/2011/10/20111020111520869621.html>

BBC

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110321_libia_consolida_rw.shtml

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110321_libia_consolida_rw.shtml

<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13755445>

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ly.html>

ESTADÃO

<http://www.estadao.com.br/especiais/q>

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,as-vesperas-da-saida-da-otanda-libia-filho-de-kadafi-tenta-acelerar-rendicao,791940,0.htm>

<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,onu-poe-fim-a-operacao-militar-da-otan-na-libia-,791532,0.htm>

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/brasil-economico/2011/11/01/otan-oficializa-o-fim-da-operacao-militar-na-libia>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/brasil-economico/2011/11/01/otan-oficializa-o-fim-da-operacao-militar-na-libia>

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL

Resolution 1973:

<http://daccess-ods.un.org/TMP/9437905.55000305.html>

Palavras-Chave: Pedro Casas, Henrique Furtado, Líbia, ONU, OTAN, Muammar Kadafi, Intervenção, Magreb, África, Primavera Árabe.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral:
Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico:
Prof. Danny Zahreddine
Prof. Jorge Mascarenhas Lasmar
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros:; Daniel Teixeira da Costa Souza; Déborah Silva do Monte; Gustavo dos Santos de Miranda; Márcia de Paiva Fernandes; Mariana Balau Silveira; Paulo Henrique Ayusso; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raysa Kie Takahasi; Ricardo Bezerra Requião.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website:

<http://www.pucminas.br/conjuntura>